



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE- PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC I
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

PATRICIA MARIA ANDRADE DA SILVA

**A VISÃO DO PROFESSOR ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA MENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

PATRICIA MARIA ANDRADE DA SILVA

**A VISÃO DO PROFESSOR ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA MENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia

Orientador (a): Prof^a Ms. Diana Sampaio Braga

CAMPINA GRANDE – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586v

Silva, Patrícia Maria Andrade da .

A visão do professor acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência mental nas escolas de ensino regular [manuscrito]. / Patrícia Maria Andrade da Silva. – 2011.

32 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Diana Sampaio Braga, Departamento de Educação”.

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Deficiência mental. I. Título.

21. CDD 371.9

PATRICIA MARIA ANDRADE DA SILVA

**A VISÃO DO PROFESSOR ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA MENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR**

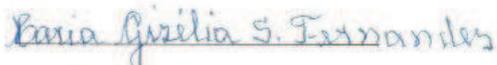
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia

Aprovada em 24/Novembro/2011.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^ª. Ms. Diana Sampaio Braga
Orientadora



Prof^ª. Dr^ª Maria Gisélia Silva Fernandes
Examinadora



Prof^ª. Ms. Livânia Beltrão Tavares
Examinadora

Resumo: O presente artigo tem como objetivo avaliar a visão de professoras acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência mental nas escolas de ensino regular. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semi-estruturada aplicada a três professoras, sendo uma da Educação Infantil e duas do Ensino Fundamental I, cujas perguntas versaram sobre a visão do processo de inclusão, a existência de um suporte profissional adequado, ferramentas para melhoria do processo de inclusão, como se deu o processo de socialização e aprendizagem da criança com deficiência mental, processo avaliativo e a participação da família na inclusão educacional da criança com deficiência mental. Com isso, foi possível ampliar a compreensão do papel desempenhado pelas professoras nos reais processos de aprendizagem dos seus alunos, conduzindo-os a uma educação igualitária.

Palavras-chaves: Inclusão escolar, Deficiência mental, Processo de inclusão

Abstract: This article aims to evaluate the vision of teachers about the process of inclusion of students with mental disabilities in regular schools. The instrument using the data collection was an interview structured way applied to three teachers, being one of early childhood education and two elementary I, whose questions focused on the vision about the inclusion process, the existence of an adequate professional support, tools for improving the process of inclusion, as was the process of socialization and learning for children with mental disabilities, let each process, and the participation of the family in children's educational inclusion with mental disabilities. With this, it was possible to broaden the understanding of the role played by teachers in real learning processes of their students, leading them to an equal education.

Keywords: School Inclusion, mental disabilities, inclusion Process

SUMÁRIO

Introdução	5
Metodologia	7
Capítulo I – Processo Histórico da Educação Inclusiva – Da Segregação à Inclusão	8
Capítulo II – Políticas Públicas para a Educação Inclusiva	11
Capítulo III – Inclusão da Criança com Deficiência Mental nas Escolas de Ensino Regular	15
Resultados e Discussões	19
Considerações Finais	27
Referência	29

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão no Brasil está se encaminhando em passos lentos para a concretização e permanência de alunos com deficiência mental nas escolas de ensino regular, uma vez que ocorrem muitas resistências por parte da escola para ingressá-los no âmbito educacional, pois acredita-se em ideias errôneas de que crianças com deficiência mental não irão conseguir chegar a uma aprendizagem satisfatória, como também existe a falta de suporte técnico para os professores lidarem com essas crianças, dificultando assim o trabalho com elas.

Este trabalho aborda a visão dos professores acerca do processo de inclusão dos alunos com deficiência mental nas escolas de ensino regular, ao mesmo tempo em que analisa a existência de um auxílio por parte dos demais profissionais que fazem parte da equipe escolar, a estes professores.

Iniciamos este artigo com um breve histórico da educação de crianças com necessidades educativas especiais, desde seu período segregador e excludente, passando pelo processo de integração, que tinha como finalidade ingressar os alunos com deficiências nas escolas de ensino regular sem que eles pudessem fazer de fato parte dessa escola, ou seja, ocorria o ingresso dos mesmos, só que em salas diferenciadas, dificultando assim a convivência com os demais alunos e não promovendo aprendizagens interessantes que podem ocorrer através da diversidade, e por fim chegando ao movimento de inclusão escolar, que se deu em 1994, quando o Brasil se responsabilizou pelo processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Para que a proposta da educação inclusiva seja mais bem compreendida, focalizaremos nas políticas públicas da inclusão, que foram baseadas em leis internacionais que reconhecem o acesso igualitário das pessoas com deficiência nas escolas comuns de ensino, buscando com isso um entendimento e uma reflexão acerca das leis vigentes.

Esclarecemos no decorrer do trabalho a evolução do conceito de deficiência mental, desde os estudos de Binet, com suas experiências acerca do grau de comprometimento do quociente de inteligência (QI), mencionando que alunos com QI inferior a média são incapazes de obter algum aprendizado, e foi a partir do século XX que tal definição foi ampliada pela American Psychiatric Association (APA) que alega que deficiência mental envolve limitações em determinadas funções afeto-social-cognitivas de um indivíduo sendo evidenciadas antes dos seus 18 anos de idade.

Para tanto, não podemos nos levar por crenças que alunos portadores de deficiência mental são sempre insociáveis e incapazes de aprender, muito pelo contrário, na sua maioria são bem amáveis e aprendem de acordo com suas limitações, porém, devemos rever e reestruturar nossas práticas para que esse processo ocorra de maneira regular. Sendo a família, o professor e a escola parte integrante para total ascensão destes alunos, é preciso um novo olhar para o processo inclusivo, pois é preciso uma repaginada nas ações pedagógicas, buscando sempre um respaldo dos que compõem o âmbito educacional como também de uma equipe multidisciplinar para auxiliá-los em algumas eventualidades que possam ocorrer.

Diante disto, procurou-se aprofundar esta temática, salientando a importância de se ter uma nova visão diante do novo e das diferenças. Destacou-se que para se ter bons resultados é preciso da dedicação, esforço e ajuda de profissionais qualificados. Acreditamos que se faz necessário que ocorram mudanças significativas, começando pela família, passando pela constituição da escola e chegando às práticas docentes para que assim possam harmonizar a realidade vivida por pessoas que trazem consigo um estigma excludente impregnado desde tempos remotos.

Para a realização deste artigo, foram entrevistadas três professoras de alunos com deficiência mental, sendo uma criança com Síndrome de Down, uma com síndrome de Prader - Willi e duas crianças com Paralisia Cerebral, nesta entrevista foi questionado como as professoras vêem o processo de inclusão nas escolas de ensino regular, como ocorreu o processo de socialização destas crianças com as demais em sala de aula, quais são as dificuldades encontradas por elas para que ocorra a inclusão, o que poderia ajudar para minimizar os impactos do processo inclusivo, se ocorre uma aprendizagem proveitosa dos alunos com deficiência e que meios ou recursos são utilizados para facilitar a aquisição de conhecimentos, como se dá o processo avaliativo destes alunos e se estão sendo respeitadas as particularidades de cada, se a escola oferece um apoio de profissionais multidisciplinares para dinamizar as suas práticas e por fim, se ocorre uma participação assídua por parte da família para que desta forma não seja só de responsabilidade do âmbito escolar, como também do âmbito familiar a permanência e aproveitamento destes alunos no âmbito social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. De modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semi-estruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (DUARTE, 2002). Realizada em uma escola particular de Campina Grande – PB, com um campo amostral de três professoras, sendo uma professora que leciona na educação infantil e duas professoras que lecionam no ensino fundamental I, com faixa etária entre 25 a 30 anos de idade. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi uma entrevista onde constavam perguntas acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência mental nas escolas de ensino regular. A aplicação das entrevistas foi de forma individualizada sendo foi possível uma abertura maior para que elas pudessem comentar todas as suas experiências vivenciadas em sala de aula.

Capítulo I

Processo Histórico da Educação Inclusiva – Da Segregação a Inclusão Escolar

Antes de falarmos de fato sobre o processo de inclusão, iniciaremos fazendo um breve histórico acerca de como as pessoas com alguma deficiência era vistas na antiguidade. Na Grécia Antiga, o corpo era algo cultuado, e pessoas com deficiências eram escondidas da sociedade, muitas vezes abandonadas à própria sorte ou sacrificadas (DELAGASSA, 2005) . Em Roma Antiga as condições de existência para as pessoas com deficiências não eram diferentes, os pais podiam abandonar, obrigar seus filhos a trabalhos forçados ou mesmo matá-los (CARVALHO, 2003). Segundo Gugel (2008) foi no Império Romano que deu início a doutrina do Cristianismo, que defendia a caridade e o amor ao próximo, combatendo assim, a prática de eliminação dos filhos nascidos com deficiência.

Na Idade Média, a deficiência era concebida como um fenômeno metafísico e espiritual devido à influência da Igreja; à deficiência era atribuído um caráter ou "divino" ou "demoníaco" e esta concepção, de certa forma, conduzia o modo de tratamento das pessoas deficientes (SILVA e DESSEN, 2001). E por fim, na Idade Moderna, tais deficiências eram entendidas como doença, patologia que deveriam ser tratadas em hospitais e manicômios.

Sabe-se que os alicerces históricos da educação de crianças com necessidades educativas especiais sempre foram marcados por forte rejeição, discriminação e preconceito por parte da sociedade. De acordo com Bruno (2006), foi a partir do século XVI que a educação para pessoas com deficiência começou a ser delineada, porém, de forma isolada, marginalizada, segregada e excludente, foi de forma assistencialista, que médicos e pedagogos buscavam possibilidades para que os indivíduos não educáveis pudessem ingressar nas escolas. Entretanto, o que se pode perceber é que essas pessoas eram mantidas em instituições residências e abrigos para loucos, pois se acreditava que essas pessoas eram incapazes de aprender e estar no mesmo convívio social que as demais, logo, esta foi à melhor e a principal forma social encontrada para o seu tratamento.

Esta foi uma fase chamada de segregação, legitimada pela convicção de que as pessoas diferentes seriam mais bem cuidadas, observadas e protegidas se estivessem limitadas em um espaço afastado das pessoas tidas normais. Neste sentido, o paradigma da segregação se fortaleceu, foi fixado nas escolas e acabou por intensificar o desejo de mantê-los em ambientes especializados. Durante muitos anos, as pessoas que nasciam com alguma

deficiência eram afastadas do convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e de todo tipo de credence (Mittler, 2000).

Neste momento, devemos citar alguns precursores que contribuíram de forma bastante positiva para a inserção dos deficientes no convívio social. No início do século XIX o médico Jean Marc Itard considerado o primeiro teórico da Educação Especial se dedicou a desenvolver as faculdades adormecidas, utilizando métodos sistematizados para o ensino de deficientes; influenciado por Itard, outro estudioso representante desta fase é Edward Seguin, que desenvolveu o método fisiológico de treinamento, que se baseava em estimular o cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais e por fim Maria Montessori, que desenvolveu um programa de treinamento para crianças deficientes mentais, baseado no uso sistemático e manipulação de objetos concretos. Não podemos deixar de reconhecer que através deste ícone da Educação Especial foram criados recursos importantes para se trabalhar não só com deficientes mentais como também tais materiais são utilizados até hoje nas escolas de Ensino Regular (MIRANDA, 2003).

A educação de crianças com deficiência nas escolas regulares ganhou força com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que pregava a passagem do modelo segregado para o modelo integrado de pessoas com deficiência na escola, tendo em vista a igualdade social (BRUNO, 2006). Assim, o acesso a educação para as deficiências vai sendo vagarosamente conquistado, e passou a constituir-se em um sistema semelhante ao sistema educacional.

O movimento de integração escolar se originou em meados do século XX (anos 60), e contribuiu para uma prática menos segregacionista e menos preconceituosa, tal movimento acreditava na escolarização das crianças com alguma deficiência no sistema regular de ensino, porém os mesmos só eram aceitos se conseguissem se adaptar ao sistema de ensino.

A Declaração dos Direitos Humanos vem assegurar o direito de todos à educação e essa ideia revigorada pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiência defendiam oportunidades educacionais iguais para todos, contribuindo assim para a criação dos serviços de educação especial e classes especiais nas escolas comuns, a democratização do ensino traz consigo o conceito de educação como direito social, passando do modelo médico e assistencialista para uma abordagem social e cultural que valoriza a realidade da diversidade humana como forma de aprendizagem (BRUNO, 2006).

O processo de integração escolar facilitou o resgate das crianças em instituições específicas para deficientes para ingressá-los em escolas de ensino regular e desta forma eles poderiam aprender de forma eficaz, através do princípio da normalização que tinha como

pressuposto básico a ideia de que todo deficiente pode e deve usufruir das oportunidades que são ofertadas a todos que não possuem necessidades educativas especiais (Peyerl e Zich, 2008).

O marco histórico da inclusão deu-se em 1994, com a Declaração de Salamanca, fruto do trabalho da UNESCO com a finalidade de debater e esclarecer um caminho para ingressar a criança com necessidades educativas especiais nas escolas de ensino regular. Com toda nossa observação acerca da integração escolar, não podemos deixar de diferenciar o termo integração e inclusão escolar, a palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla indicando uma inserção total e incondicional, já o termo integração, por sua vez, dá uma ideia parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, podendo a pessoa ser incorporada no ensino regular sempre que suas características permitirem (BATISTA e ENUMO, 2004).

No ensino integrado existe a possibilidade das crianças com necessidades educativas especiais terem acesso às instituições de ensino regular, porém precisavam se adequar ao meio em que estavam inseridas para que dessa forma pudessem fazer parte do convívio dos demais alunos, caso contrário, não obteriam nenhum avanço significativo. O ensino integrado foi mal visto por não gerar o convívio de alunos com necessidades educativas especiais com os demais alunos, uma vez que esses alunos estavam inseridos em escolas de ensino regular só que em salas separadas dos demais, permanecendo assim uma forma segregacionista e excludente dessas crianças.

Para Marques (1994) apud Cardoso (2003) o aluno com necessidades educativas especiais deveria frequentar escolas e classes especiais, contribuindo para que esses sujeitos fossem facilmente identificados como diferentes e se mantivessem afastados do convívio com as demais pessoas.

Com isso, surgiu o movimento de inclusão que combate qualquer forma de discriminação existente no âmbito escolar, promovendo assim, um ambiente igualitário a todos respeitando a singularidade de cada um. De acordo com Cardoso (2004 p. 24) “o processo de inclusão pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão”.

A partir das exigências da Declaração de Salamanca, foram criadas leis para alicerçar e exigir que todas as mudanças fossem colocadas em prática, assegurando assim o comprometimento das escolas regulares de não excluir aluno por possuir alguma deficiência, ou seja, de garantir o acesso e a permanência do mesmo no ensino regular, desta forma, não devemos esquecer que para que a inclusão seja concretizada de fato, não basta estar garantida

na legislação, é preciso que ocorram mudanças no sistema educacional, como também na visão discriminatória dos professores para poder atender melhor seus novos alunos. Para que a escola e a sociedade se tornem mais inclusiva, é preciso garantir um espaço igualitário para todos.

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e as liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável (Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão, 2001).

Só será possível incluir quando deixarmos de lado o paradigma de que os deficientes são incapazes e inferiores e entender que é através do convívio com os demais alunos “normais” que as crianças “especiais” poderão adquirir experiências e aprendizados diversificados.

De acordo com Santana (2003), as crianças que não possuem necessidades educativas especiais, ao interagirem com as deficiências, perdem o medo e o preconceito em relação aos diferentes, desenvolvem a cooperação e a tolerância, adquirem senso de responsabilidade em relação a tudo que as cerca, melhoram o rendimento escolar e tornam-se pessoas preparadas para conviver com os diferentes ambientes, já que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

Capítulo II

Políticas Públicas para a Educação Inclusiva

A educação inclusiva vem sendo nos dias atuais um modelo de educação voltada para a permanência de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas de ensino regular, mas sabe-se que nem sempre foi assim, todos os deficientes sempre sofreram fortes rejeições por parte da sociedade e passaram a ser atendidos de forma assistencialista por instituições filantrópicas.

Foi na Europa que surgiu os primeiros movimentos que levaram a uma atenção mais específica para as pessoas com deficiência na busca por melhores condições de moradia, alimentação, higiene pessoal que até então eram marginalizadas e abandonadas pelo âmbito social, posteriormente esses movimentos começaram a se expandir pelo Canadá e Estados Unidos até chegar ao Brasil em 1854.

Em 1620, na França, Jean Paul Bonet teve a iniciativa de tentar fazer com que surdos pudessem falar, em decorrência disso publicou a primeira obra intitulada Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar. Foi também na França em 1770, que ergueram-se as primeiras instituições especializadas para a educação de pessoas surdas, e através da contribuição de Charles M. Eppé que criou o método dos sinais, foi possível a comunicação de surdos (QUEIROZ E SILVA, 2001) .

Já a iniciativa de se criar um método para que pessoas com deficiência visual pudessem se comunicar ocorreu em 1784, com Valetin Hauy, que criou o Instituto Real dos Jovens Cegos que através do método da leitura tátil de letras em relevo propiciou a aquisição da leitura e escrita para as pessoas com deficiência visual, sendo aprimorado mais tarde em 1834 por Louis Braille que desenvolveu o método em caracteres em relevo dando a essas pessoas autonomia na leitura e na escrita, criando assim o método Braille (BAPTISTA, 2000). Já o estudioso Jean Marc Itard, desenvolveu as primeiras iniciativas para a educação de deficientes mentais, através de métodos de estímulos e repetições para instigar o interesse dos deficientes mentais em aprender.

No Brasil, sobre influência européia, representantes governamentais e particulares começaram a buscar iniciativas para atender educacionalmente pessoas com necessidades educativas especiais. A primeira instituição especializada para deficientes surgiu em 1854, com o Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro (hoje conhecido como Instituto Benjamim Constant) e em 1857 o Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (RESENDE, 2010).

O Instituto Pestalozzi (1926) e a APAE (1954) possuem caráter assistencialista e surgiram em meados do século XX e tinham como missão prestar serviços especializados para a melhoria de vida de pessoas com deficiência. Tais instituições se responsabilizavam pelo atendimento dessas pessoas, focando o seu desenvolvimento educacional (VAZ, 2010)

Na ânsia de promover uma melhor educação para os deficientes, o Ministério da Educação elaborou leis que respeitasse o direito de todos com deficiência e garantisse o acesso a uma educação de qualidade, provocando assim mudanças no âmbito escolar para atender da melhor forma possível as especificidades de cada indivíduo.

Neste momento, foi apresentado o documento Política Nacional de Educação Especial, elaborada em 1993 com base em princípios éticos determinando normas de procedimentos para o acesso igualitário a educação básica, dando a todos as mesmas condições de oportunidades para seu exercício de cidadania.

Para assegurar o direito de todos a uma educação de qualidade, a lei de nº 4024/61 garantia a integração da educação de deficientes, no sistema regular de ensino, para isso receberiam um apoio financeiro dos poderes públicos para a consolidação de suas metas. Já a lei de nº 5692/71 teve um avanço no que diz respeito aos que fazem parte do conjunto de quem precisa de um atendimento mais específico, propõe um atendimento especial para todos os alunos, não sendo unicamente para deficientes, mas sim para todos os alunos que possuam um atraso na sua vida escolar, como também para os superdotados, tendo em vista, a oportunidade de igualdade social.

A constituição de 1988 diz que a educação é um direito de todos, garantindo com isso uma educação de qualidade, sem incidências de preconceitos, certificando assim o pleno desenvolvimento de seus alunos. Desta forma, no seu artigo de nº 205 diz que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para garantir que todas as crianças tenham acesso as escolas de ensino regular foram promulgadas a lei de nº 80691/90 mais conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a todas as crianças e adolescentes o direito de estudar, o direito a liberdade, o direito de brincar e de ter um convívio social, sempre respaldado em princípios que garantam sua total liberdade moral ou intelectual para reger a si mesmo, sendo do poder público a responsabilidade de garantir formalmente a permanência desses alunos nas redes regulares de ensino.

O marco histórico da inclusão foi em junho de 1994 com a Declaração de Salamanca, e tem como princípio fundamental: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem", a declaração se opunha contra toda e qualquer forma segregacionista e excludente contra deficientes e contra pessoas que trazem consigo alguma necessidades educativas especiais no contorno educacional.

A Lei de Diretrizes e Base Educação Nacional nº 9394/96 destina o Capítulo V a Educação Especial e enuncia:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Todos os direitos assegurados pela educação inclusiva estão prescritos em todos esses documentos mencionados, certificando a todas as pessoas com deficiência ou não o acesso igualitário e merecedor a escolarização, porém, não basta está assegurado na lei é preciso que arregacemos as mangas e lutemos por uma sociedade mais digna e justa, contudo, ainda há muito chão a percorrer para que a sociedade impregnada de padrões excludentes possa se reestruturar e redefinir suas filosofias a respeito do processo de inclusão, para que dessa forma possa ocorrer de fato a igualdade de direitos que tanto almejamos.

Capítulo III

Inclusão da Criança com Deficiência Mental nas Escolas de Ensino Regular

Um dos grandes responsáveis pelo impedimento da participação dos deficientes mentais na sociedade é o preconceito que acaba por marginalizar esses indivíduos, dando a idéia errônea de que deficientes são necessariamente incapazes. A convenção de Guatemala de 1999 afirma que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e as mesmas liberdades fundamentais que outras pessoas, direitos estes que emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Através dos estudos de Alfred Binet em 1905 foi possível ampliar o conceito de deficiência mental, ou seja, através de seus estudos sobre a inteligência humana foi possível determinar o nível em escala do quociente intelectual (QI) do indivíduo, desta forma a criança que apresentasse um QI abaixo da média eram vistas como incapazes de aprender. Hoje, não podemos nos basear tão somente nestes testes de QI, devemos analisar através de um conjunto de aptidões as potencialidades de cada um.

A partir do século XX começou a fixar uma definição acerca da Deficiência Mental, para American Psychiatric Association (APA, 2002) é um comprometimento intelectual significativamente inferior a média, acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, auto-cuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, auto – suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança, sendo que o início da deficiência deve ocorrer antes dos 18 anos.

A deficiência mental tem como principal atributo a diminuição da capacidade intelectual do indivíduo provocando assim uma diminuição no seu processo de aquisição de conhecimentos, dependendo de uma equipe multidisciplinar (pedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos) para seu total desenvolvimento.

Existem idéias acerca da Deficiência Mental elaboradas pelo imaginário social sem fundamentos científicos de que essas pessoas são sempre agressivas, possuem uma sexualidade intensa e que não são capazes de aprender, surgindo assim uma aflição, desconforto e resistência por parte dos professores diante do “diferente”. Tais idéias acabam por limitar ainda mais sua permanência na escola, estimulando assim ações excludentes no espaço que deveria ser o principal meio de inclusão e mostrar que não existem nenhum tipo

de diferença entre as pessoas, sequer por elas apresentarem algum tipo de necessidade educativa especial.

Para a criança com deficiência, a possibilidade de acesso à escolarização traz ganhos incalculáveis para o seu processo de desenvolvimento intelectual, social e afetivo como maior motivação para realização de atividades relacionadas à aprendizagem, terá mais facilidade para se relacionar com outras pessoas, ocorrerá uma melhora de sua independência e autonomia. Até pouco tempo, uma parcela mínima dessa população tinha acesso aos bancos escolares e sempre a via de acesso eram as classes especiais ou escolas de ensino especializado, revelando que a relação entre deficiência e ensino especial ainda fazia parte de uma concepção na qual a condição de deficiente por si só definiria a conveniência e a necessidade desse atendimento especializado (JURDI; AMIRALIAN, 2006).

O ambiente escolar apresenta um estímulo à competitividade, à negação das diferenças e uma tendência a valorizar a homogeneidade, enfim, a escola requisita o aluno ideal e realiza suas ações para atender a esse aluno idealizado. Não há espaço para ser diferente e único, e para estabelecer um diálogo com a diversidade. Ao falarmos de um sistema de ensino inclusivo, precisamos falar de uma mudança de comportamento, de atitudes, valores e conceitos (JURDI; AMIRALIAN, 2006).

Carvalho (2006) afirma que, crianças com deficiência mental possuem uma aprendizagem mais lenta que os demais alunos, precisando assim de uma maior atenção e tempo para que consigam concluir suas atividades. Diante disto, destaca-se que o processo de ensino-aprendizagem é uma consequência de uma prática de sala de aula em que o professor:

- facilita e estimula o aluno a conhecer, partindo sempre de sua competência e respeitando suas produções;
- aproxima o ambiente da sala de aula à realidade cultural dos alunos;
- media a construção do conhecimento construído pelo aluno; e permite a interação entre os alunos da sala.

O professor precisa conhecer as dificuldades específicas de cada aluno, resignificando suas ações pedagógicas em todo o contexto escolar, utilizando meios visuais, auditivos e concretos que possam facilitar seu desenvolvimento e suas potencialidades, oferecendo atividades que os ajudem a adquirir capacidades necessárias para ingressar na sociedade.

De acordo com Silva (2008) diante de um alunado que apresentam características especiais, o professor não deve desconhecer o quanto é necessário valorizar as singularidades de cada criança, somente visualizando a criança com necessidades educativas especiais dentro

do parâmetro da individualização é que se poderá contribuir com ações concretas, assegurando assim a sua aprendizagem.

O professor sendo o intermediário responsável por este processo de aprendizagem, pois cabe a ele traçar e facilitar a aquisição do conhecimento, garantindo assim um nível de aprendizagem satisfatória. Contudo, não podemos deixar de destacar que a maioria destes professores não possui a qualificação necessária para o trabalho com crianças com deficiência mental, o que demonstra a necessidade de um maior apoio por parte do governo no que diz respeito à formação universitária dos professores dando mais ênfase a Educação Inclusiva, para que dessa forma o professor possa trabalhar com mais consistência atendendo assim as necessidades de cada aluno e fazendo com que eles possam vencer suas limitações específicas.

Devemos destacar que além de uma preparação mais específica, os professores se sentem angustiados e incapazes de propiciar um aprendizado satisfatório frente a uma realidade que padece por falta de recursos, a inexistência de material adequado para o atendimento a essas crianças, o número exagerado de alunos em sala de aula e ausência de um apoio de quem faz a escola.

Sendo a escola um dos principais norteadores para o desenvolvimento do aluno com deficiência mental, faz-se necessário sua adequação curricular como também proporcionar alterações no espaço físico da escola, para que de fato o aluno com deficiência mental possa se desenvolver com mais autonomia e usufruir da melhor forma possível dos espaços oferecidos por ela. Então, só será possível a concretização e permanência destes alunos se for proporcionado a eles todas as condições de acessibilidade possível.

Maciel (2000), destaca que antes do início da inclusão escolar alguns fatores devem ser observados: analisar se o ambiente de aprendizagem é favorecedor, se existe oferta de recursos audiovisuais, se ocorreu à eliminação de barreiras arquitetônicas, sonoras e visuais, se existem salas de apoio pedagógico para a estimulação de acompanhamento suplementar, se os currículos e estratégias de ensino estão adequados a realidade dos alunos e se todos os que compõem a comunidade estão sensibilizados para atender o portador de necessidades intelectuais com respeito e consideração.

Outro importante orientador para o sucesso da inclusão do aluno com deficiência mental é a família, cabe a ela buscar meios facilitadores para seu desenvolvimento total. Glat (2004), afirma que a família, como grupo social primário, desempenha uma função formativa e determinativa no desenvolvimento cognitivo-afetivo do indivíduo e no modo como este se situa e interage na sociedade, mesmo em idade adulta, destacando que é através da

identificação com os primeiros “outros significativos” mãe, pai e demais membros da família e das reações destes ao seu comportamento que a criança tem seu primeiro contato com o mundo e aprende a desenvolver os papéis e atitudes essenciais para seu processo de socialização.

No entanto, o que observa-se é o despreparo por parte da família para lidar com seus filhos com deficiência, uma vez que a família acaba idealizando um filho perfeito no que diz respeito aos estereótipos estabelecidos por eles e pela sociedade, ocasionando medos, dúvidas e angústias a respeito do seu desenvolvimento social. Tais aflições acabam por separar a família do convívio social gerando uma superproteção acerca dos deficientes por acreditar que afastando-os deste convívio irá poupá-los dos preconceitos que estão inseparavelmente ligados a nossa sociedade. Agindo de maneira superprotetora para preservá-lo de possíveis frustrações irá dificultar o desenvolvimento da sua autonomia e de sua independência pessoal. Cabe a família a conscientização de que seus filhos são capazes de interagir com a sociedade e para isso devem buscar meios facilitadores para a inserção de seus filhos no âmbito social, agindo desta forma irá lhes proporcionar maior condicionamento para exercer seu papel de cidadão.

Prioste, Raiça, Machado (2006) destacam que a família, na ânsia de superproteção de pessoa com deficiência mental, na maioria das vezes a exclui de situações ameaçadoras, sem perceber os danos que a atitude poderá causar com o afastamento do convívio social com a diversidade.

A combinação entre a família e a escola implica em um trabalho mais consistente para o desenvolvimento destes alunos, nesta combinação irão encontrar um apoio necessário para seu desenvolvimento intelectual e moral.

Prioste, Raiça, Machado (2006) esclarecem ainda que a família e a escola são parceiras no que diz respeito ao crescimento do indivíduo. Somente a parceria, quando bem estabelecida, facilitará e promoverá situações de aprendizagem, tanto na área cognitiva como afetivo-social. Portanto, as relações família e escola deverão estar permanentemente em harmonia e colaboração, pois da união é que resultarão muitas ações de relevância para o aprendizado do aluno.

Resultados e Discussões

Para que a questão do processo de inclusão seja realmente uma realidade, faz-se necessário adaptações tanto nas práticas pedagógicas e dos processos avaliativos como a consciência de reconhecer que as crianças com deficiência mental são capazes de interagir e aprender levando em consideração suas limitações e desenvolvimento individual em relação ao processo de aprendizagem.

Neste trabalho abordaremos quatro casos de deficiência mental, sendo uma criança portadora de Síndrome de Down cuja causa é uma alteração genética no cromossomo 21 e suas características são olhos puxados, orelhas pequenas, nariz achatado e algumas vezes possuem uma única fenda na palma das mãos. Uma criança com Síndrome de Prader – Willi, de origem genética com alteração no cromossomo 15 cujas características são baixa estatura, desenvolvimento sexual incompleto, ou seja, nos meninos seus órgãos sexuais estão pouco desenvolvidos (micropênis) e nas meninas ocorrem alterações no desenvolvimento dos pequenos lábios e clitóris, uma vontade incontrolável de comer levando à obesidade e o hábito de mexer em feridas cutâneas e duas crianças portadoras de Paralisia Cerebral, que pode ser ocasionada devido a falta de oxigenação do cérebro e dependendo da área lesionada, pode afetar a postura, os movimentos, pode gerar movimentos involuntários, entre outros.

A Paralisia Cerebral pode ser leve, quando o indivíduo consegue realizar atividades como desenhar e recortar e possui autonomia para se locomover, pode ser moderada quando há um comprometimento na coordenação motora fina dificultando atividades que exijam mais minuciosidade, possuem dificuldades para se locomover e em relação ao aspecto cognitivo, é limitado, dificultando sua autonomia na vida escolar, e por último pode ter um grau de comprometimento severo que corresponde à total limitação das coordenações motora grossa e fina, implica no não desenvolvimento da fala e sua capacidade intelectual fica restrita.

Diante destas deficiências, podemos destacar um fator em comum entre elas, que é o comprometimento mental, no que diz respeito à aprendizagem dos alunos, por não possuírem o mesmo ritmo de aquisição de conhecimento, porém, isto não significa que por possuírem alguma limitação não podem aprender nem fazer parte de um ambiente social como a escola, por exemplo, muito pelo contrário, devemos sempre proporcionar um apoio familiar e através de profissionais multidisciplinares, para que desta forma possam ascender pessoal e profissionalmente.

Também iremos analisar como as professoras dessas crianças estão lidando com tais deficiências e se estão tendo um apoio e um suporte por parte dos profissionais da escola para o desenvolvimento satisfatório da aprendizagem desses alunos.

Prioste, Raiça, Machado (2006), dizem que o modelo de escola inclusiva busca verificar, constantemente, o crescimento global do aluno, atendendo para uma educação mais individualizada, personalizada, que irá satisfazer as necessidades básicas de cada um.

Traremos agora abordagens acerca da visão das professoras entrevistadas acerca do processo de inclusão.

O que pensam as professoras acerca do processo de inclusão e de um suporte profissional adequado.

Na visão das professoras entrevistadas, o processo de inclusão é algo positivo, visto que, a interação das crianças com deficiência mental trará aprendizados para ambos, principalmente para os demais alunos que aprenderão a se relacionar e respeitar a diversidade. O fragmento abaixo descreve uma das falas das professoras: *“Acredito que esse processo de inclusão é extremamente importante, já que com a interação com os demais colegas a criança com deficiência intelectual aprende e se desenvolve intelectual e socialmente”*

Não resta dúvidas que o processo inclusivo é o caminho mais viável e adequado para o ingresso de todos a uma sociedade mais igualitária e justa, e para que se possa transformar a escola em um espaço inclusivo é preciso que comecemos dar prioridade em ensinar antes da leitura e da escrita, princípios voltados à aceitação do outro, ao respeito às diversidades culturais, de raça e de religião, buscando com isso uma quebra de paradigmas excludentes e incompatíveis a uma escola inclusiva.

Não podemos deixar de destacar que a primeira instância a transmitir tais princípios e valores morais deve ser a família, pois consiste a ela o alicerce prioritário no desenvolvimento individual de cada criança. Sabemos também que não é nada fácil transmitir tais normas e padrões individuais, porque estamos inseridos em uma sociedade impregnada de ações discriminatórias e intolerantes a tudo que não condiz com o imaginário de cada um, ou seja, sempre haverá alguma manifestação preconceituosa no que diz respeito ao universo de princípios de cada pessoa, seja ela com pessoas deficientes, buscando seu lugar em escolas regulares, seja também com negros e homossexuais que buscam o respeito de uma sociedade excludente.

Além deste benefício, uma das professoras ressalta a importância de um apoio pedagógico, visto que tal suporte irá auxiliá-la em momentos mais críticos no

desenvolvimento intelectual dessas crianças. A falta desse apoio é uma das dificuldades mencionadas por elas. *“A escola dispõe apenas de professor, psicóloga e coordenadora, mas nada direcionado para o auxílio ao aluno de forma específica”*.

O professor deve exigir apoio incondicional da escola quando se deparar com um aluno incluído. Se a escola, a equipe pedagógica não está preparada é o momento de todos se unirem e tentarem reverter a situação e buscar meios para que sejam adequados todos os aspectos necessários para que o aluno encontre um ambiente propício para que possa aprender e desenvolver ao máximo suas potencialidades. (Stasiak e Gruner, 2008, p. 71)

Não podemos deixar somente nas mãos dos educadores a responsabilidade de educar as crianças com deficiência, devemos levar em consideração todo o contexto social que as envolvem, buscando assim melhorias para sua vida escolar, desta forma, a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular será inteiramente possível.

Ferramentas para melhorar a inclusão

Para o melhor progresso nos estudos de crianças com necessidades educacionais especiais, precisamos nos deter a algumas relevâncias fundamentais para que ocorra um aprendizado positivo. Uma das queixas mencionada por uma das professoras diz respeito ao número de alunos por sala que possuem crianças com necessidades educacionais especiais, ela diz que deveria se ter *“ Uma turma com no máximo 15 alunos ou uma professora auxiliar, que coordenaria outras atividades enquanto eu prestaria atendimento individual, já que todas as atividades desenvolvidas por ele, são totalmente diferentes das dos demais”*.

Para uma turma em que se encontra incluído aluno(s) com alguma necessidade educacional especial faz-se necessário uma redução no número de alunos desta turma, levando em consideração o aproveitamento da aprendizagem de seus alunos, como também o desgaste físico e emocional do professor, proveniente de esforços repetitivos para que seus alunos consigam assimilar os conteúdos programados pelo currículo escolar. Levando em consideração que uma turma menos numerosa seria mais proveitosa e acolhedora para os alunos e proporcionaria a eles um trabalho mais cuidadoso e minucioso por parte do professor.

Devemos destacar na fala dessa professora, quando ela ressalta que as atividades aplicadas a esse aluno são totalmente diferenciadas dos demais, pois a inclusão deve ocorrer não somente no ingresso dessa criança em sala de aula, como também é preciso que ela proporcione atividades que venham contemplar todos os seus alunos respeitando com isso o princípio da inclusão.

Não devemos nos esquecer de mencionar a respeito da formação profissional dos professores, pode-se perceber nas falas das professoras frustrações por não se sentirem amparadas pela equipe que compõe a escola, sendo assim uma delas relata que: *Deve haver uma formação continuada para que o professor tenha segurança para trabalhar com as crianças deficientes e profissionais que ajudem o professor no processo de ensino, tendo em vista que o professor sozinho não dá conta, pois a criança deficiente é mais lenta com relação à realização das atividades.*

Conforme Carvalho (1996, p.113), “a formação de nossos professores ainda não contempla, suficientemente, o respeito à diferença, e as matérias do currículo, os estágios e a prática de ensino são, geralmente, programadas para crianças ditas normais”.

Como aponta Kupfer (2001), o professor precisa sustentar sua função de produzir enlace, em acréscimo a sua função pedagógica, e para isso necessita de apoio de uma equipe de profissionais.

Independentemente de se ter ou não alunos com necessidades educativas especiais, é imprescindível buscar meios de se reciclar e obter novos conhecimentos, na tentativa de assegurar com mais competência o domínio de conhecimentos técnicos e específicos e poder com isso ajudar seus alunos nas suas dificuldades.

Processo de socialização e aprendizagem da criança com deficiência mental

Com relação à socialização das crianças com deficiência mental com os demais alunos, fica claro que no início do processo existia uma forte resistência de socialização e rejeição por parte dos demais alunos perante as crianças com deficiência, uma vez que elas não possuíam uma visão acerca de suas restrições, porém no decorrer do ano foi mantido um diálogo, tentando mostrar aos colegas os motivos pelos quais essa criança tinha comportamentos diferenciados dos deles e que eles tinham que respeitar suas dificuldades e ajudá-la no desenvolvimento de suas atividades. Ajuda essa que trouxe benefícios, uma vez que o trabalho grupal serve de apoio para uma aprendizagem complementar. Com esta conscientização, as crianças interagem natural e espontaneamente, logo irão ser tratados como mais um aluno, sem restrições.

Segundo Prioste, Raiça, Machado (2006), os grupos de pares tem provado ser um suporte da mais alta importância para a capacitação de alunos com deficiência mental, a convivência com os pares torna-se fator poderoso, pois promove ajustes comportamentais

próprios da idade. O convívio com os pares leva a pessoa com deficiência mental a ter parâmetros de comportamento apropriados à faixa etária.

Nesta perspectiva, o aprendizado das crianças com deficiência mental se tornará mais relevante no aspecto cognitivo, social e afetivo, visto que o trabalho em grupo beneficiará todos os alunos a lidarem com a diversidade.

Diante disto, o professor tem que fazer uso de recursos que propiciem avanços de aprendizagem para todos, desta forma, o trabalho em grupo é o melhor meio de superar ou resolver uma dificuldade proveniente de ações pedagógicas ineficientes. As relações interpessoais decorrentes deste trabalho grupal resultarão em um maior aproveitamento na tomada de conhecimentos, pois seus pares serviram de auxílio para superação de suas limitações.

Prioste, Raiça, Machado (2006, p. 53) dizem que “no intercâmbio que o aluno com deficiência mental realiza com os pares, apreenderá o sentido da ação conjunta que resultará no aprendizado de atitudes cooperativas que poderão ser transferidas a outras situações de vida”.

Enquanto a aprendizagem de um aluno é proveitosa, a professora se sente amparada por profissionais contratados pela família da criança, já a outra professora relata o desgaste que é lidar com situações em que a criança não consegue assimilar o conteúdo, tendo que sempre reforçar as matérias trabalhadas. *Ela diz que é um processo extremamente lento, tenho sempre que reforçar o que foi trabalhado. É desgastante.* É importante que o professor entenda que o processo de aquisição de conhecimentos é algo vagaroso para crianças com deficiência, uma vez que suas habilidades e competências são mais restritas, cabe ao professor tal conscientização para garantir o sucesso e progresso do processo de aprendizagem.

Fontes et al (2007) afirmam que a lógica de aprendizagem é inerente ao processo que cada aluno percorre para alcançar o conhecimento, conseqüentemente, o professor deve saber valorizar os diferentes caminhos percorridos por todos os alunos, tenham eles uma necessidade educativa especial ou não.

Processo avaliativo

Outro fator que merece destaque é a forma como as crianças com deficiência mental estão sendo avaliadas. O processo avaliativo é visto como sendo uma ferramenta de caráter quantitativo, uma vez que é através deste mecanismo que se avalia o quanto a criança obteve de aproveitamento durante as aulas.

Para as crianças com necessidades educativas especiais, a avaliação precisa ser revista,

repensada e reestruturada, uma vez que esses alunos precisam de meios facilitadores e mais atenção para assimilar certos conteúdos, desta forma, o professor deve valorizar o conhecimento de seus alunos, levando em consideração as experiências de vida de cada um, para que desta forma possa utilizar-se de recursos diferenciados para total aproveitamento de seus alunos.

É certo que a avaliação da aprendizagem contribui ativamente no desenvolvimento do aluno, incentivando o mesmo a aprender. É notório que a forma tradicional de avaliação não considera as individualidades, nem os limites, nem as potencialidades de cada aluno. Fernandes e Viana (2009) destacam que a avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais constitui uma ação abrangente, com a extensão dessa responsabilidade a todos os atores da prática pedagógica, porém, sendo necessárias modificações no sentido de tornar a avaliação promotora da aprendizagem e inclusiva, em vez de ameaçadora e excludente.

Os mesmos autores ratificam a ideia de que escola precisa acolher e cumprir sua missão de educar os alunos com necessidades educativas especiais, adaptando-se às suas peculiaridades no campo da aprendizagem, desta forma a avaliação torna-se inclusiva, na medida em que, ao invés de centrar-se nas limitações desse alunado, direciona-se para o atendimento de suas necessidades e para a participação ativa de toda a comunidade escolar nesse sentido.

De acordo com as professoras entrevistadas, cada uma destaca fatores importantes sobre o processo avaliativo, levando em consideração a limitação de seus alunos. Uma professora destaca que avalia seu aluno continuamente, não deixando de ser um processo diferenciado dos demais porque ela necessita de mais estímulos para assimilar o que foi ensinado. *“Processo contínuo e diferenciado (grifo da professora), já que é levado em conta às limitações encontradas”* Mantoan (2007) destaca a importância de se realizar a avaliação escolar, de uma forma contínua e qualitativa, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos.

Em outro caso, o processo avaliativo se dá através de atividades menos elaboradas, ou seja, as atividades aplicadas a este aluno correspondem a atividades para crianças de cinco anos, uma vez que este aluno cursa uma turma de 3º Ano (antiga 2º série) e têm 12 anos, o aluno não possui livros didáticos e todo material aplicado a ele é desenvolvido pela professora, em contra partida ocorre um crescimento na oralidade e na coordenação motora grossa, é desenvolvido bimestralmente um relatório de acompanhamento onde nele consta o desenvolvimento do aluno. Para que o aluno consiga apreender melhor os conteúdos a

professora faz uso de jogos e materiais concretos, sempre com o auxílio dos alunos para que ele possa se sentir mais motivado a buscar o resultado final.

Já para outra professora entrevistada, questiona a forma com que avaliava a criança porque as atividades avaliativas eram iguais aos dos demais alunos, ela afirma que o processo avaliativo “*deveria ser diferenciado, mas a avaliação é igual as dos colegas de sala*” não que a criança não conseguisse realizá-las, porém se tornava algo muito desgastante para ela, uma vez que seu raciocínio é mais lento, com isso no decorrer do ano foram feitas modificações, como diminuição do tamanho da prova, como também foi feito uso de mais recursos visuais (imagens) para que desta forma essas atividades se tornassem menos tediosos, chatos e incômodos.

Diante do aluno com necessidades educativas especiais, o professor deve aprimorar seu olhar para seu potencial, observar suas condições de aprendizagem, suas evoluções, seu desempenho escolar, sem que seja necessário criar situações artificiais de avaliação. Uma das estratégias apontadas para a avaliação da aprendizagem é a análise da produção escolar dos alunos com deficiência mental: análise de seus cadernos, folhas de exercícios, desenhos, figuras, relatos orais, fotos e outros trabalhos realizados em sala de aula. Além disto, ainda esclarece que alguns instrumentos em sala para tal avaliação: diários de classe, relatórios, fichas contendo indicadores de aprendizagem, questionários, entrevistas, e tantos outros que possibilitem conhecer o potencial de aprendizagem dos alunos com deficiência mental e diferenciar o desenvolvimento real do seu potencial, para agir em zonas de desenvolvimento ainda em construção. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2008)

Participação da família na inclusão educacional da criança com deficiência mental

Para tornar possível o desenvolvimento intelectual, social e afetivo das crianças com deficiência mental, um elemento essencial é a família. Sendo ela participativa, o aproveitamento dos alunos será mais expressivo, sendo mais proveitoso se houver um trabalho conjunto entre a família com uma equipe multidisciplinar, como foi visto na fala de uma das professoras entrevistadas: *A família costuma auxiliar nas atividades de casa, mas na minha opinião falta um trabalho mais específico no sentido de coordenação motora e aquisição da linguagem que deveriam ser realizados por profissionais específicos.* Com isso, é preciso um trabalho mútuo entre eles, facilitando assim a abordagem dos alunos com deficiência mental. Para Garcia (1994, p. 55) “mais do que ser professor, médico, psicólogo, assistente social ou fonoaudiólogo, é decisiva a atribuição de significados que cada um

coloca na sua participação no processo educativo”.

Em contrapartida, uma das professoras ressalta a participação da família como também de uma equipe específica para dar uma assistência mais sólida a criança, ela diz: *“A família é participativa e muito presente. “Dá total apoio e auxílio nas atividades de casa, como também contratam uma equipe especializada para esse acompanhamento individual”*. Devemos nos deter à possibilidade de existir um desnível social entre as famílias citadas na fala de cada professora, ocasionando impactos notórios no desenvolvimento individual de cada criança mencionada. Uma criança com deficiência mental, nascida em uma família com pouca estrutura econômica, não terá as mesmas oportunidades de estudo que uma criança nascida em berço de ouro, porque aí existe uma forte desigualdade social que não permite universalizar um atendimento adequado. Porém Prioste, Raiça, Machado (2006) fazem menção sobre a condição socioeconômica da família e acreditam que as famílias que melhor lidam com a questão da deficiência, independentemente da situação socioeconômica, são as que mais acreditam na possibilidade de desenvolvimento da pessoa com deficiência mental, facilitam-lhe o crescimento.

Com isso, sempre haverá nas famílias menos ou mais preparadas economicamente a ânsia de proporcionar aos seus filhos uma melhor qualidade de vida, oferecendo na medida do possível condições de crescimento e desenvolvimento pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que o processo de inclusão no Brasil foi lento, mas que permitiu mudanças no ensino do País, tornando a escola um local de construção de conhecimento e dando aos seus alunos com necessidades educativas especiais oportunidade para o desenvolvimento pleno intelectual.

Com o desenvolvimento deste artigo foi possível verificar como se encontra o processo inclusivo das pessoas com deficiência mental em uma escola de ensino regular, observando que tal escola não possui uma estrutura física adequada que ofereça suporte a esses alunos, além de não possuir uma equipe multidisciplinar qualificada para assistência dos mesmos, possuindo apenas uma psicóloga.

Verificou-se a existência de leis específicas que asseguram a permanência de alunos com necessidades educativas especiais em escolas do ensino regular, mas apesar de clara a lei, a escola não atende às necessidades totais de tais alunos. Ressalta-se que para se ter assegurado seu direito a uma educação de qualidade, independente de possuir uma deficiência ou algum tipo de necessidade educativa especial é preciso conhecer as leis que garantem seu ingresso no âmbito educacional escolar. Mesmo diante dessas leis, faz-se necessário a tomada de consciência sobre a real visão do processo educacional do país, e se de fato está ocorrendo uma educação que inclua a todos sem deixar aberturas para uma educação preconceituosa.

Nas entrevistas aplicadas às professoras, pode-se comprovar por experiência, o mérito do processo de inclusão, porém, apontam algumas ressalvas, como a ausência de apoio e uma demanda por capacitação. A formação continuada é ferramenta essencial para que ocorra uma reciclagem de conhecimentos, dando ao professor maior condição de se trabalhar com a inclusão.

A entrevista também nos demonstra a importância do processo de socialização, a interação das crianças com necessidades especiais com os demais alunos oferece segurança aos mesmos no desenvolvimento de suas atividades.

Observou-se que a aprendizagem de cada aluno é peculiar a ele, desta forma cabe ao professor avaliar cada aluno nas suas particularidades. Portanto, cada aluno deve ser avaliado de acordo com seus próprios avanços e nunca deve ser comparado com os demais da sala para que não ocorram bloqueios no seu interesse de aprender.

Diante disto, faz-se necessário que a escola tenha a sensibilidade de promover espaços que promovam a inclusão e ofereçam um apoio pedagógico para auxiliar os professores no

processo de inclusão, como também é preciso uma reestruturação pedagógica visando o pleno desenvolvimento individual de cada aluno, dando a eles oportunidades inalteráveis a seu exercício de cidadania, exigindo do professor uma mudança de atitudes focalizando o favorecimento do processo de inclusão e por fim, é preciso uma participação assídua da família como sendo parte responsável pelo crescimento desses alunos.

REFERÊNCIA

BAPTISTA, J.A.L.S., **A Invenção do Braille e a sua importância na vida dos cegos**. Lisboa: Gráfica 2000, 2000.

BATISTA, M. W ., ENUMO, S. R. **Inclusão escolar e deficiência mental**. Análise da interação social entre companheiro. Revista Estudos de Psicologia, São Paulo, 2004.

BRUNO, Marilda Garcia. **Saberes e práticas da inclusão na educação infantil: introdução**. Brasília: MEC/ SEESP, 2006.

CARDOSO, M.S. **Aspectos Históricos da Educação Especial: Da exclusão à inclusão – Uma longa caminhada**. In: STOBAUS, D.C. MOSQUERA, J.J.M (org) Educação Especial: em direção a Educação Inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. Cap. 2, p.15-26.

CARVALHO, L.R., **Deficiência mental: aprendizagem e desenvolvimento**. Estudos, Goiânia, v. 33, n. 5/6, p. 473-486, maio/jun. 2006.

CARVALHO, R. E. **Atendimento educacional especializado em organizações governamentais de ensino, para alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem: discurso e prática**. Tese (Doutorado em educação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, 2002.

FERNANDES, T.L.G., VIANA, T.V. **Alunos com necessidades especiais educacionais: avaliar para desenvolvimento pleno de suas capacidades**. Revista Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

CARVALHO,A.R., **As Condições de existência das pessoas com deficiência na história da humanidade: As bases objetivas de sua exclusão social**. 2005. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná.

Convenção Guatemala 1999, (contra a discriminação das pessoas portadoras de deficiência).

DALAGASSA, A.H., **Educação Especial e a formação de professores: Das primeiras concepções as tendências atuais**. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE

FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 8, 2005, São Paulo. UNESP. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2005.

FONTES, R.S.,PLETSCH, M,D.,BRAUN,P., GLAT, R. **Estratégias Pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular.** In: GLAT, R. (org).Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar . Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. Cap.5, p.79-95.

GARCIA, M. A. **Multiprofissionalismo e Intervenção Educativa: As escolas, os Projectos e as Equipas.** Porto, Edições ASA, 1994.

GLAT, R. **Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais.** In: 9º CONGRESSO ESTADUAL DAS APAES DE MINAS GERAIS, Anais...CD rom, Belo Horizonte/MG, 2004.

GUGEL, M.A., **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade** In: Ampid Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência, 2008.

JURD, A. P. S., AMIRALIAN, M. L. T. de M. A inclusão escolar de alunos com deficiência mental: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. In: Estudos de Psicologia, Campinas, 23(2), 191 – 202, abril – junho 2006

KUPFER, M.C. Duas notas sobre a inclusão escolar. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre, centro LydiáCoriat, 2001.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. Revista Perspec, São Paulo, 2000, v. 14, n. 2 pag. 51 – 56.

MANTOAN, M. T. E. Educação inclusiva: orientações pedagógicas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: SEESP, 2007.

MARQUES, C. A. (1994). **Para uma Filosofia da deficiência: aspectos da pessoa portadora de deficiência.** UFRJ, Juiz de Fora.

MEC, Ministério da Educação e Cultura, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, 1999.

MEC, Ministério da Educação e Cultura, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei de nº 9394/96

MIRANDA, A.A.B., **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. 2003. Tese(Doutorado) – Unimep universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

PEYERL, A.T.G., ZICH, A.C., **A inclusão educacional dos surdos e seus desafios**. Revista Eletrônica Lato Sensu. 2008, Ano: 3, n.1

QUEIROZ, M.A.S, SILVA, R.S.A., **Formação do pedagogo na educação especial: um estudo descritiv**. 2001. Monografia (conclusão de curso) – Universidade da Amazônia, Belém-PA

RESENDE, C.D., **A inclusão escolar na ótica dos professores de ensino fundamental na rede municipal de Criciúma**. 2010. Monografia (conclusão de curso) – UNESC, Universidade do extremo sul catarinense. Santa Catarina, 2010.

SANTANA, Juliana. www.contabiliza.com.br, 2003.

SÃO PAULO, Secretária Municipal de Educação. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual/ Secretaria Municipal de Educação – São Paulo : SME / DOT, 2008.128 p. il

SILVA, M. M. P. **O contexto Educacional da Criança Portadora de Necessidades Educacionais Especiais: A importância do professor**. Saber Digital: Revista Eletrônica do Cesva, Valença, v.1, n.1, p. 159 – 166 mar./ago. 2008.

SILVA, Nara Liana Pereira and DESSEN, Maria Auxiliadora. **Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança**. Psic.: Teor. e Pesq. [online]. 2001, vol.17, n.2, pp. 133-141. ISSN 0102-3772.

STASIAK, D.F., GRUNER, M.S. O Processo de inclusão na escola. In: 8º ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2008. Anais... Cidade: FAVIUV, 2008

VAZ V.C.S., **A negligência familiar sob o olhar de mães e de profissionais da APAE-Franca**, São Paulo. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de História, Direito, e Serviço Social